

**Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034 (PL  
2614/24)**

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_ DE 2025

(Do Sr. Diego Garcia)

Requer a realização de audiência pública para avaliar políticas para promover a saúde mental de estudantes e professores, com foco na prevenção de transtornos e no suporte psicossocial a fim de erradicar o crescente número de casos de ansiedade, depressão e outros transtornos no ambiente escolar.

*Senhora Presidente,*

Requeiro, com fulcro nos arts. 24, III e 225 do RICD, que seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para avaliar políticas para promover a saúde mental de estudantes e professores, com foco na prevenção de transtornos e no suporte psicossocial a fim de erradicar o crescente número de casos de ansiedade, depressão e outros transtornos no ambiente escolar.

Para aperfeiçoar a celebração da audiência ora requerida, subscrevo os ilustres convidados para que componham a mesa como participantes ativos:

1. Prof. Dr. Jonathan Haidt – Psicólogo social, professor da Universidade de Nova York e escritor do Livro Geração Ansiosa. Este livro tem sido um fenômeno de vendas, estando na lista dos mais vendidos do New York Times por 19 semanas consecutivas e tornando-se um sucesso editorial no Brasil, tratando justamente sobre níveis elevados de ansiedade, estresse e depressão desta geração, comparados a gerações anteriores.
2. Dr. Guilherme Polanczyk – Psiquiatra infantil, professor da USP Dr. Daniel Barros – Psiquiatra e Professor do Instituto de Psiquiatria da USP



3. Representante do Movimento Desconecta sobre o uso precoce e excessivo de smartphone e redes sociais por crianças e adolescentes.
4. Lia Flávia Salviano - Psicóloga mestre em psicologia clínica e especialista em saúde mental.

## JUSTIFICATIVA

A saúde mental de estudantes e professores no ambiente escolar é uma questão de extrema relevância e urgência, que exige atenção prioritária do poder público. O aumento expressivo de casos de transtornos mentais, como ansiedade, depressão e estresse, entre crianças, adolescentes e educadores, reflete um cenário alarmante que compromete não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar e o desenvolvimento integral de toda a comunidade escolar. Nesse contexto, a realização de uma audiência pública para avaliar políticas voltadas à promoção da saúde mental no ambiente escolar é uma medida indispensável para enfrentar essa problemática de forma estruturada e eficaz.

Dados recentes sobre a saúde mental no Brasil revelam um quadro preocupante. Estudos apontam que transtornos mentais estão entre as principais causas de incapacidade em jovens, com um aumento significativo de diagnósticos nos últimos anos, especialmente após os impactos da pandemia de COVID-19. Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade enfrentaram perdas familiares, insegurança alimentar, isolamento social e interrupções no processo educacional, fatores que agravaram o sofrimento psíquico e aumentaram os índices de evasão escolar.

Paralelamente, professores têm relatado níveis crescentes de estresse e burnout, decorrentes da sobrecarga de trabalho, da falta de suporte emocional e das condições adversas enfrentadas no cotidiano escolar. Esses fatores não apenas afetam a qualidade do ensino, mas também comprometem a saúde física e mental dos educadores, gerando um ciclo de desgaste que impacta diretamente o ambiente escolar como um todo.

A experiência internacional oferece exemplos valiosos de como enfrentar esses desafios. Países como Finlândia, Canadá e Austrália têm implementado programas que integram competências socioemocionais ao currículo escolar, promovendo habilidades como empatia, resiliência, regulação emocional e resolução de conflitos.



Essas iniciativas têm demonstrado resultados positivos na prevenção de transtornos mentais e na criação de ambientes escolares mais acolhedores e inclusivos. Na Finlândia, por exemplo, a educação socioemocional é parte integrante do sistema educacional, contribuindo para o bem-estar dos estudantes e para a redução de comportamentos de risco. No Canadá, programas de suporte psicossocial nas escolas têm ajudado a identificar precocemente sinais de sofrimento mental, permitindo intervenções rápidas e eficazes. Além disso, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) lançou recentemente um manual voltado para a capacitação de professores em saúde mental, destacando a importância de treinar educadores para reconhecer sinais de alerta e oferecer suporte inicial a estudantes em sofrimento.

No Brasil, a inclusão de competências socioemocionais na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi um avanço significativo, mas ainda há muito a ser feito para garantir que essas diretrizes sejam efetivamente implementadas em todas as escolas. É fundamental que os professores sejam capacitados não apenas para ensinar essas competências, mas também para lidar com os desafios emocionais e psicológicos que surgem no ambiente escolar. A formação continuada de educadores deve incluir conteúdos sobre saúde mental, estratégias de manejo de conflitos e técnicas de acolhimento, de modo a fortalecer sua capacidade de atuar como agentes de promoção do bem-estar. Além disso, é imprescindível que as escolas contem com equipes multidisciplinares, incluindo psicólogos e assistentes sociais, para oferecer suporte especializado a estudantes e professores.

Outro aspecto crucial é a necessidade de reduzir o estigma em torno da saúde mental. Muitas vezes, o preconceito e a desinformação impedem que estudantes e professores busquem ajuda, agravando quadros que poderiam ser tratados precocemente. Campanhas de conscientização e programas de alfabetização em saúde mental são essenciais para promover uma cultura de aceitação e apoio, incentivando a busca por cuidados e fortalecendo os laços de solidariedade no ambiente escolar.

A realização de uma audiência pública permitirá um debate amplo e qualificado sobre essas questões, reunindo especialistas, gestores, professores, estudantes e famílias para discutir soluções e propor políticas públicas intersetoriais que integrem saúde e educação. Além disso, é necessário que as políticas públicas sejam baseadas em evidências científicas e adaptadas às especificidades de cada território, considerando as desigualdades regionais e as particularidades culturais e sociais das comunidades atendidas.

A negligência à saúde mental no ambiente escolar tem impactos de longo prazo que não podem ser ignorados. Estudantes que enfrentam transtornos mentais



sem o devido suporte têm maior probabilidade de apresentar dificuldades de aprendizado, evasão escolar e problemas de socialização, comprometendo seu desenvolvimento pessoal e profissional. Da mesma forma, professores que não recebem apoio adequado enfrentam um desgaste emocional que afeta sua qualidade de vida e sua capacidade de ensinar, gerando um efeito cascata que prejudica todo o sistema educacional. Investir na saúde mental de estudantes e professores é, portanto, uma medida estratégica para garantir o direito à educação de qualidade e para promover o desenvolvimento humano e social.

Diante da gravidade e da urgência desse tema, é imprescindível que o poder público assuma um papel ativo na promoção de políticas que priorizem a saúde mental no ambiente escolar. A audiência pública será uma oportunidade para ouvir diferentes vozes, compartilhar experiências e construir soluções coletivas que respondam aos desafios enfrentados por estudantes e professores em todo o país. A saúde mental é um direito fundamental e uma condição indispensável para o pleno desenvolvimento humano, e sua promoção deve ser uma prioridade em qualquer sociedade que valorize a educação e o bem-estar de seus cidadãos.

SALA DAS COMISSÕES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Deputado Federal Diego Garcia  
REPUBLICANOS/PR

